



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE LETRAS

**DILVANY RODRIGUES DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E NO TOCANTINS: UM  
BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO E BIBLIOGRÁFICO**

Araguaína/TO  
2021

**DILVANY RODRIGUES DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E NO TOCANTINS: UM  
BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO E BIBLIOGRÁFICO**

Artigo avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Letras para obtenção do título de licenciatura e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>: Ana Claudia Castiglioni

Araguaína/TO  
2021

<https://sistemas.uft.edu.br/ficha/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

R696e RODRIGUES DA SILVA, DILVANY .  
A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E NO TOCANTINS: UM BREVE  
LEVANTAMENTO HISTÓRICO E BIBLIOGRÁFICO. / DILVANY  
RODRIGUES DA SILVA. – Araguaína, TO, 2021.  
22 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português, 2021.

Orientador: PROFESSORA Dr<sup>a</sup>. ANA CLAUDIA CASTIGLIONI

1. EDUCAÇÃO. 2. CAMPO. 3. CULTURA. 4. CRONOLOGIA. I. Título

**CDD 469**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

DILVANY RODRIGUES DA SILVA

## A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E NO TOCANTINS: UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO E BIBLIOGRÁFICO

Artigo avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Araguaína para obtenção do título de Licenciatura e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 30 / 09 / 2021

Banca Examinadora

*Ana Claudia Castiglioni*

Prof. Dr<sup>a</sup>: Ana Claudia Castiglioni - orientadora (UNFT)

*Ana Claudia Castiglioni*

Prof. Dr. José Manoel Sanches da Cruz (UFNT)

*Ana Claudia Castiglioni*

Prof. Dr. João de Deus Leite (UFNT)

Araguaína, 2021

*Dedico este trabalho a minha mãe Jovenilia Rodrigues da Silva que me incentivou e sempre quis ter um filho formado, e a meu pai Gideon Silva de Sousa, a meus irmãos, meu cônjuge João Leomar Gomes Rodrigues, a meus filhos Leanny, João Elias e Samara, a professora Ana Claudia Castiglioni, a professores e amigos que estiveram comigo nesta caminhada, em especial minha amiga e irmã Eva Pereira.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, a minha orientadora professora Dr. Ana Claudia Castiglioni, por nunca ter me deixado durante este longo período de formação, pela voz suave e doce que sempre proporcionou tranquilidade.

Agradeço a minha grande amiga e irmã Eva Pereira, meus pais e meus irmãos pelas palavras de incentivo, e por sempre me mostrarem que devo continuar aproveitando as oportunidades de nunca desistir, mesmo diante das dificuldades da vida.

A Meus colegas, que estiveram comigo durante estes longos anos, em especial o Elivanderson que além de colega temporal passou a ser um amigo permanente.

Agradeço a meus professores que durante anos me suportaram com meus problemas e minhas frustrações.

Meu professor Wandecy (malvado favorito), perverso de mente e grande em conhecimentos que me deixou reprovada, a fim de me dar puxões de realidades da vida, que um curso de graduação não é um faz de conta. E até hoje, o considero muito. E que me fizeram ver o mundo além da bondade e de uma só natureza... me forneceu conhecimento através das aulas e da rica experiência de ser um autor e ter muitas personalidades e cada um de seus personagens com seu grau de conhecimentos.

Meus professores, Luiza Helena, José Manuel, Thelma, Miliane, Naiana, Peel, Geovana, João de Deus, Wilma, Wandercy, Ana Claudia, Lia Testa, Eleuda, Lianja, Jônatan, Mara, Alessandra, Daniella, Albeirice, Plínio, Andrea, Janete e a todo o colegiado de Letras.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um breve levantamento bibliográfico a respeito da educação rural no Brasil e no Tocantins. Há dois objetivos específicos que são: fazer uma apresentação cronológica sobre esse tipo de atendimento educacional e apresentar como esta tem sido atendida atualmente. Procedimentos Metodológicos: inicialmente será feito um levantamento sobre o tema “A educação rural no Brasil e no Tocantins: um breve histórico e bibliográfico”. A dicotomia da educação para os estudantes oriundo da zona rural e inseridos nas escolas urbanas. Fundamentado nas leis e diretrizes da educação brasileira: Constituição Federal, LDB, PCNs, BNCC e Referencial do Tocantins. As principais partes da lei brasileira que asseguram o direito e deveres dos cidadãos a ter uma educação básica em seus segmentos estudantil total, independente de sua cultura ou regionalismo. Contudo, as leis amparam, direcionam e possibilitam, porém é necessário que o empenho seja efetivado na íntegra, e cumpram-se a lei.

**Palavras-chaves:** Educação; Campo; Cultura; Cronologia

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to present a brief bibliographical review regarding the rural education in Brazil and Tocantins. There are two specific aims, which are: make a chronological presentation about this type of educational assistance and present how it has been currently attended. Methodological Procedures: At the first moment, a survey will be carried out on the theme “Rural education in Brazil and Tocantins: a brief history and bibliography”. The dichotomy of education for students coming from the countryside and inserted at urban schools. Based on the laws and guidelines of Brazilian education: Federal Constitution, LDB, PCNs, BNCC and Tocantins Reference. The main parts of Brazilian law that ensure the right and duties of citizens to have a basic education in their total student segments, regardless of their culture or regionalism. However, the laws bolster, direct and make possible, however, it is necessary that the commitment to take effect in full, and comply to the law.

**Key-words:** Education; Field; Culture; Chronology.



## **LISTA DE SIGLAS**

|       |  |
|-------|--|
| UFT   | Universidade Federal do Tocantins                        |
| LDB   | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional           |
| BNCC  | Base Nacional Comum Curricular                           |
| PCN   | Parâmetros Curriculares Nacionais                        |
| ENERA | I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária |

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b> |
| <b>2</b> | <b>O INÍCIO DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL .....</b>                                | <b>14</b> |
| <b>3</b> | <b>OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO BRASIL...</b>                        | <b>16</b> |
| <b>4</b> | <b>SITUAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS EM TOCANTINS.....</b>                             | <b>19</b> |
| <b>5</b> | <b>OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O ENSINO NO CAMPO: BREVES<br/>APONTAMENTOS .....</b> | <b>20</b> |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>23</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>24</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela área da educação no campo surgiu no decorrer da disciplina de Semântica ofertada no curso de Letras, da Universidade Federal do Tocantins, campus Cimba, ministrada pela Professora Ana Cláudia e orientadora deste Trabalho de conclusão de curso I e II. E por ter observado durante o estágio supervisionado de Língua Portuguesa e suas Literaturas, que os Colégios da cidade recebem muitos alunos de comunidade rural, como povoados, chácaras, comunidades indígenas e outros.

Apesar da globalização e da existência da tecnologia, ainda faltam planos para que algumas comunidades vivam melhor e mais assistidas, dando garantia de educação e os direitos de estarem inteirados com todas as necessidades e resolução delas. Na atualidade, pensando nas necessidades das crianças que vivem na zona rural do município de Araguaína, o Estado direciona e mantém os direitos de educação para todos. As escola Araguaína/TO os recebem para acompanhá-los e conduzir no desenvolvimento cognitivo especificamente os alunos, filhos de chacareiros, os filhos de vaqueiros, os filhos de pequenos agricultores, os filhos de funcionários de fazendas, indígenas, quilombolas e todos esses meninos e meninas na idade de cinco (05) a (17) anos e até mesmo em idades mais adultas, em estados de obrigações, condições e interesse, precisam se deslocarem para as cidades em busca de conhecimento. Esses estudantes passam por muitas dificuldades para obter essa educação ou melhor dizer ter o seu “certificado de conclusão” de ensino.

Nota-se, no estágio, que as escolas não têm dinâmica de ensino diferenciadas para esses alunos, e que muitas vezes deixam de lado suas raízes e aprendem muitas coisas, sobretudo para sobreviverem nas cidades por meio da tecnologia, mas, entendemos que todos têm o direito de aprender mais sobre meios onde vivem e a importância delas para sua vida e formação.

Outra dificuldade é em questões de horários, geralmente eles ficam remanejados para os horários vespertinos, pelas condições de locomoção, e cansaço dos alunos, que por virem de mais longe chegam sem muita disposição para aprender. E os professores, devido a essas indisposições, acabam fazendo atividades que consideram menos complexas para compensar o cansaço deles. Outras vezes são as necessidades básicas que faltam, como a higiene, a alimentação e materiais escolares que nem sempre estão compatíveis com a realidade dos colegas.

É muito difícil estar no papel de observador apenas e não ter o poder de sugerir ou propor melhorias para este público. Lembrando que apesar de constar na BNCC, LDB e na Constituição brasileira que todos têm seus direitos e deveres, mas na realidade não foi isto que de fato se presenciou nos colégios e salas de aulas no ensino fundamental II e ensino médio. Triste observar que a maioria desses alunos estão cansados e não têm o conforto de ouvirem conteúdos que os atraem e que se sentem contemplados com o contexto onde vivem durante as aulas.

Paulo Freire cita que todos devem receber ensino de acordo com suas necessidades e meios culturais e quando se usam vocábulos de conhecimentos dos alunos a aprendizagem se torna de fácil compreensão.

A palavra tijolo, por exemplo, é inserida numa representação pictórica, a de um grupo de pedreiros, por exemplo, construindo uma casa. Mas, antes da devolução, em forma de escrita, da palavra oral dos grupos populares, a eles, para o processo de sua apreensão e não de memorização mecânica, costumávamos desafiar os alfabetizando com um conjunto de situações codificadas de sua decodificação ou “leitura” resultava a percepção crítica do trabalho humano, transformador do mundo. Esse conjunto de representações de situações concretas possibilita aos grupos populares uma leitura da leitura anterior do mundo, antes da leitura da palavra. (FREIRE, 2000, p. 20-21).

Diante dessa situação presenciada nos estágios, uma pergunta norteou esta pesquisa: como surgiu e como tem sido desenvolvida a educação na zona rural em nosso país, e mais especificamente, em nosso estado e município?

Para responder a esta pergunta, objetivou-se apresentar, cronologicamente, a evolução da educação rural no Brasil, no estado de Tocantins e no município de Araguaína, por meio do levantamento de leis e documentos oficiais que contemplam esta modalidade de ensino.

Nas próximas páginas, apresentar-se-á as leis que deram início à modalidade de educação rural e em seguida partimos para os documentos oficiais, BNCC, PCN, Documento Curricular do Tocantins e Lei Municipal 2957, de 24 de junho de 2015. Elas serviram para embasar este trabalho.

## 2 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

O Brasil deteve variados planos nacionais de educação, sendo amparado e anuído pelo Legislativo e Executivo, contudo, o marco histórico foi efetivado com a Proclamação da República, em 1889. Neste período, surgiram iniciativas pioneiras de educação para o país. Ao destrinchar políticas públicas, nota-se um sistema descontínuo que afetou negativamente a educação pública:

O Brasil historicamente, apresentava uma educação dualista e excludente, sem romper com essa marca histórica nas primeiras décadas da República, a educação passa a ser considerada um problema nacional. E isso pode ser percebido nas diferentes reformas educacionais realizadas no país. Sem dúvidas, o marco para a constituição de uma “ideia” de plano nacional para educação foi elaborado a partir do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. (ABREU, 2011, p. 106)

Nesse sentido, num breve estudo, observa-se que a educação ainda necessita de políticas públicas eficazes que amparem a todos sem distinções, e com elas a inserção dos estudantes oriundos do campo. Com as políticas educacionais sendo anexadas nos planos nacionais de educação, isso ocasionou em discussões e conquistas para a educação brasileira.

Importante conhecermos o percurso de consolidação da educação do campo no Brasil. Durante séculos a formação destinada às classes populares do campo, vincula-se a um modelo “importado” de educação urbana. Os valores presentes no meio rural, quando comparados ao espaço urbano, eram tratados com descaso, subordinação e inferioridade. Num campo estigmatizado pela sociedade brasileira, multiplicava-se, cotidianamente, preconceitos e estereótipos. (SANTOS, 2017, p. 211)

Por muitos anos a concepção de educação rural foi estigmatizada como antiquado, envelhecido ou primitivo. Com isso, entrando no esquecimento das políticas públicas. Somente na Constituinte de 1988, no período de redemocratização do estado brasileiro, houve possibilidades de mudanças que alcançaram a educação no campo. Onde foram efetuadas discussões direcionadas à população do campo, contribuindo para um processo de propagação dos direitos educacionais. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi direcionada também aos estudantes do campo, ou seja, foi o marco inicial de políticas públicas para a população rural:

Com a aprovação da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização do país, inúmeros debates foram organizados em torno dos direitos sociais da população camponesa. Nessa mesma linha de raciocínio, são aprovados direitos educacionais bastante significativos, consolidando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira na promoção da educação para todos, respeitando as singularidades culturais e regionais. Em sintonia com essas concepções foram elaboradas reformas educacionais que desencadeou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96). O reconhecimento da diversidade e a singularidade do campo são defendidos, a partir da concepção de uma educação para todos, presente nesta LDB. (SANTOS, 2017, p. 213)

Assim, a LDB proporcionou Diretrizes que abrangem peculiaridades da comunidade do campo. Determinando direitos que pudessem atenuar as desigualdades sociais entre a educação do campo e educação urbana, pois a comunidade rural necessita de um currículo educacional específico para o melhor desenvolvimento dos estudantes da zona rural, em todos os níveis de ensino.

O espaço conquistado pelos estudantes da população campestre foi e ainda é um lugar de reivindicações de movimentos sociais, que cobram por políticas públicas eficazes. Nesse ínterim, no ano de 1997, transcorreu o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), promovido pelo (MST) Movimento Sem Terra e apoio de Universidades Públicas. Esse encontro possibilitou discussões relacionadas à falta de cuidados aos estudantes oriundos do campo, para que fosse pensada uma metodologia de ensino no contexto em que esses indivíduos vivem, sendo ela pensada em termos políticos.

A educação brasileira de um modo geral buscou atender somente uma parte da sociedade brasileira sendo ela, a elite brasileira, “sua prioridade é o fortalecimento da mecanização e a inserção do controle químico nas culturas, em detrimento das condições de vida do homem e da mulher do campo” (SANTOS, 2017, p. 2013). Nesse sentido, os vulneráveis foram excluídos de políticas públicas que atendessem à necessidade de um ensino de qualidade. Educação do campo também não ficou de fora destas exclusões sociais, pois ela foi primariamente instituída de extensão da educação urbana. Desta forma, Santos afirma que:

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste cenário de exclusão, a educação para os povos do campo é trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos, marcados essencialmente, por conotações urbanas. Currículos geralmente deslocados das necessidades locais e regionais.(SANTOS, 2017, p. 212-213 apud Sousa; Reis, 2009)

Por conseguinte, Santos (2017, p. 215) no ano de 1998, a “articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, entidade supra-organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo, em nível nacional”. Essa organização procurou amenizar dificuldades presentes na articulação de conferências que abordassem a educação do campo, conquistando duas “Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo”. Nesse mesmo ano ocorreu a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do campo em colaboração com MST, UNB, Unicef, Unesco e CNBB. De acordo Sousa:

A realização da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo fortaleceu o processo de inserção da educação do campo na agenda política. A ação

(experiências, encontros, documentos etc.) do movimento social, na base, foi fundamental para gerar a Conferência. O encontro entre entidades internacionais (UNICEF, UNESCO) e entidades nacionais como a CNBB fortaleceram a luta pelo direito à educação e a valorização das experiências educativas do MST.(SOUZA, 2008 p. 1095)

No ano de 2004, foi elaborado pelo Grupo Permanente de Trabalho(GTP), a “Referência para uma política nacional da educação do campo”. Com isso o GTP, divulgou dois princípios para a educação do campo: “a superação da dicotomia entre rural e urbano; relações que pertença diferenciadas e abertas para o mundo.” (SOUZA, 2017, p. 1097).

A respeito, o pronunciamento das entidades presentes no Seminário Nacional de Educação Rural e Desenvolvimento Local Sustentável foi no sentido de se considerar o campo como espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade), a presença de fecundos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada.(SECAD/MEC, 2012, p. 8)

### **3 OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO BRASIL**

Ao se tratar de marcos legais na educação do campo, as leis e diretrizes educacionais amparam o direito da criança e adolescente a uma educação básica de qualidade no seu amplo sentido, a fim de desenvolver o estudante amparado por leis e recursos da União, Estado e Município. Nesta tripartite e família, busca atender a comunidade independente da cultura, nível social, religião e regionalismo.

A tripartite, são os poderes que amparam e distribuem recursos para educação, a fim de assegurar ao aluno o direito de ter e desenvolver a educação básica e a família deve cumprir os deveres básicos de acompanhar, manter e incentivar a permanência até o momento que o aluno conclua a terceira série Ensino Médio.

Dentro do esperado para educação básica, o estudante está amparado pela Constituição brasileira que os conteúdos desenvolvidos durante a formação, seja de acordo com realidades, deste modo eles terão os valores culturais e regionais discutidos e os conteúdos com maior aceitação.

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Deste modo, as leis educacionais tentam assegurar os direitos da população do campo. O marco importante desta política educacional foi implantado com a LDB 9394/96, que abriu caminhos para organização curricular e metodologias que organizassem a educação no campo

e quilombolas. Assim flexibilizou o currículo escolar contribuindo para a inclusão de estudantes da educação básica em zonas rurais:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Assim, cabe ressaltar que as políticas públicas dos últimos 20 anos, vêm se fortalecendo nas escolas e sanando algumas desigualdades presentes entre escolas no campo ou escolas urbanas que recebem estudantes da zona rural. Por longos períodos, as escolas não atendiam essas demandas, pois o ensino no campo estava restrito à extensão do ensino urbano. Os estudantes oriundos do campo precisam se locomover de uma localidade para outra, para estudarem, seja para um local próximo ou na zona urbana. Para promover e assegurar os discentes do campo, os movimentos sociais buscaram e cobraram medidas que pudessem contribuir e inseri-los ao meio estudantil conteúdos voltados em assuntos do campo. Lembrando que essas políticas educacionais atenuam, porém, ainda encontra-se a serviço da pecuária e grandes produtores de grãos do Brasil:

Esses debates pontuaram, em parte, os anseios da população que questionava, sobretudo, a formação dos indivíduos pautados apenas nos interesses econômicos e políticos da classe dominante brasileira. A crítica surge em função da não consideração das histórias, sonhos, desejos, limites e possibilidades dos povos do campo. Contestavam ainda as dimensões do agronegócio que fortalece, exclusivamente, a lógica da monocultura para exportação, em detrimento da agricultura familiar e da produção diversificada para abastecer o mercado nacional. Nesse contexto, as políticas públicas de educação implementadas nas áreas rurais, não têm dado conta de acompanhar as especificidades regionais, geográficas e históricas do campo, além da necessária formação que atenda às demandas desta realidade. (SANTOS, 2017, p. 2015)

A aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, publicada em julho de 2012. Esse marco normativo procurou garantir direitos que estavam na Constituição Federal, LDB e PCNs, contudo necessitam de ajuste, pois em um mundo globalizado, as mudanças ocorrem diariamente. Com isso, as diretrizes sustentam e possibilitam a inclusão de estudantes residentes do campo, os quilombolas e indígenas, ou seja, diversidade cultural na escola.

Assim sendo, entende a Câmara da Educação Básica que o presente Parecer, além de efetivar o que foi prescrito no texto da Lei, atende demandas da sociedade, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que contemplem a



mencionada diversidade, em todas as suas dimensões. Ressalte-se nesse contexto, a importância dos Movimentos Sociais, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, da SEF/MEC, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED, da União Nacional Dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, das Universidades e instituições de pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, das ONG's e dos demais setores que, engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo, confirmam a pertinência e apresentam contribuições para a formulação destas diretrizes.(SECADI, 2012)

Apresenta-se, ainda nos PCNs, as possibilidades e condições:

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.(BRASIL, 1997)

Após muitos embates e lutas de movimentos sociais que trouxeram dimensões educativas, a educação no campo é orientada por objetivos que tentam incluir estudantes do campo em rumos propícios à integração. A partir da LDB e PCN, nota-se a flexibilização de políticas educacionais que inclui esses indivíduos, entretanto, esses documentos deram margens a interpretações variadas e dificuldades em padronizar o ensino. Contudo, a BNCC procurou assegurar direitos e atenuar as desigualdades presentes na educação brasileira. Desta forma, a BNCC apresenta um marco legal e histórico:

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2016)

#### **4 SITUAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DO TOCANTINS**

Há escolas de campos sendo inauguradas para atender os alunos da zona rural dentro de uma perspectiva mais adequada à realidade deles, segundo a reportagem de Cláudio Paixão, Governo do Tocantins.

O secretário de Estado da Educação, Juventude e Esportes, Adão Francisco Conforme o, a proposta do Governo do Estado é que todas as escolas que atendem os alunos na zona rural, passem a atender com a metodologia das escolas agrícolas. "Queremos oferecer aos nossos alunos um ensino contextualizado com a realidade de cada região", disse.<sup>1</sup>

Embora conste uma quantidade baixa de alunos matriculados, a escola atende uma variedade de segmentos, a fim de que eles tenham segmentos que possam aprender e permanecer por mais tempo perto da família ou mesmo de aprenderem a sobreviver de modo

mais adequado com os seus próprios meios de sobrevivência. Acredita-se que nessas unidades nomeadas e segmentadas como escolas de campo, o uso do termo "campo" seja mais aguçado em sua proposta pedagógica e exposta uma didática mais apropriada para atender estes alunos, segundo a mesma reportagem de Cláudio Paixão afirmar que:

O Colégio Estadual Família Agrícola (CEfA) José Porfírio de Souza atende cerca de 150 alunos, no regime de tempo integral, e desenvolve a pedagogia da alternância, atendendo o ensino fundamental do 6º ano ao 9º ano, 1ª série do ensino médio e curso técnico em Agropecuária integrado com o ensino médio básico.<sup>1</sup>

E segue afirmando de maneira que é proposto pela BNCC e Referencial do Tocantins para escolas de campos ou mesmo o ensino de teoria e prática. Descrevendo um estudo especificamente voltado para o campo.

Com a pedagogia da alternância, em que o aluno fica um período na escola e outro em casa, nas escolas agrícolas, os estudantes têm disciplinas regulares do currículo escolar, além de disciplinas técnicas voltadas às atividades do campo e, no período em que passam em casa, colocam em prática o aprendizado adquirido durante o período de estadia na escola.<sup>1</sup>

Segundo o mesmo site, na reportagem sobre as escolas agrícolas, cerca de 1.500 são atendidos nestas unidades escolares. Embora não se conseguiu pegar os dados conforme estava prevista na metodologia dos trabalho, a reportagem afirma que:

No Tocantins, atualmente, cerca de 1.500 alunos são atendidos nas escolas agrícolas e recebem formação técnica em agropecuária, agroecologia, zootecnia e agroindústria. Esses cursos técnicos são ofertados nas escolas conforme as demandas socioeconômicas da região, incentivando as organizações do povo na luta pelos seus direitos e na busca por melhores condições de vida.

...existiam quatro unidades escolares atendendo na modalidade de escola agrícola, distribuídas nos municípios de Natividade, Monte do Carmo, Porto Nacional e Arraias...<sup>1</sup>

## **5 OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O ENSINO NO CAMPO: BREVES APONTAMENTOS**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam uma proposta flexível para educação brasileira, orientando as escolas de modo geral a respeito dos conteúdos extra curriculares para da ênfase no Ensino, respeitando a diversidade de cada indivíduo e incluindo a diversidade cultural e política. Os PCNs, antes da BNCC, já preconizavam sobre esse ensino. Podemos notar que, conforme o trecho.

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.(BRASIL, 1997).

A Base Comum Curricular (BNCC) (2016), descreve que cada região tem o direito de receber o ensino de acordo com sua condição cultural e social. Entende-se, deste modo, que estes alunos de comunidades rurais também estão incluídos neste documento e têm por direito receber conhecimentos, não somente das coisas existentes nas cidades como também temas relacionados à temática rural, aos agricultores e pecuárias. BNCC, salienta que:

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a **igualdade** educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de educação básica, sem o que o direito de apreender não se concretiza. (BRASIL, 2016)

Observou-se que as escolas urbanas recebem muitos alunos de comunidades rurais, que por sua vez não possuem escolas no seu próprio local de moradia. Acredita-se que, se as escolas de Ensino Fundamental II que recebem estes estudantes tivessem a preocupação neste sentido, de ensiná-los considerando a singularidade local onde vivem e das suas particularidades linguísticas, talvez esses alunos se interessem em permanecer na escola por mais tempo e quem sabe, alcançando a graduação para desenvolver um bom trabalho onde vivem. Como amparo a esses alunos o referencial do Tocantins cita que:

O conjunto de habilidades dos anos finais demonstra uma continuidade do que os educandos estudaram nos anos iniciais, aprofundando o tratamento dos gêneros que circulam na esfera pública, nos campos: jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. No primeiro campo, gêneros jornalísticos e publicitários são privilegiados, tratando-se de estratégias linguístico-discursivas e semióticas para a argumentação e a persuasão. No Tocantins, especialmente em escolas indígenas, do campo e quilombolas, esses gêneros não recebem grande visibilidade, contudo, as competências que se desejam desenvolver com eles, podem ser alcançadas por meio de outros gêneros, de outras esferas. A fim de desenvolver competências de opinar, argumentar e persuadir, podem ser empregados textos/recursos da própria comunidade, como pautas de reuniões, demandas e solicitações da comunidade etc., possibilitando tratar de demandas daquela região. (TOCANTINS, 2017)

Existem muitas unidades de escolas de campo com ensino para os anos finais do ensino fundamental como também curso concomitante e subsequente para as áreas agrícola e pecuária. Mas, não há possibilidade de se construir escolas em todas estas localidades rurais, primeiro pela quantidade de alunos não serem suficiente para compor uma escola em cada campo e outra, são que as políticas já existentes para atender este público de estudantes de comunidade rurais, sejam encaminhadas e atendidas nos centros urbanos.

No município em que aconteceu o estágio, observou-se e vivenciou-se a realidade de alunos que moram distante e precisam uma forma de deslocar-se para obter uma educação e meios para seguir seus estudos. O estudo seguiu alguns passos para que se entenda como funcionam o processo desses estudantes e como chegou-se em algumas informações em que pudéssemos relatar esta pesquisa.

Diante da situação que se observou na unidade escolares, despertou-se o desejo de pesquisar a convivência destes alunos na unidade escolar. Para obter os desafios da pesquisa, seguiu-se os passos para referenciar o caminho que foi percorrido para dar segmentos a esta pesquisa. Como já citado, está em desenvolvimento uma pesquisa para se entender como os alunos de comunidade rural têm sido integrados nas aulas de língua portuguesa sobre assuntos de seus interesses e de como eles estão sendo imersos neste processo de segmentos dos estudados obrigatórios e essenciais no período de educação básica.

E para garantir a educação para este público, existem leis e deveres dos estados e da educação que, todo adolescente tenha conhecimentos da leitura, aprendizado dentro de suas realidades culturais. Decidimos seguir alguns dos dados de interesse e comprovamos o que estamos anunciando para nossa investigação.

No primeiro momento, em que se teve contatos com essas realidades foi durante os estágios supervisionados de Língua Portuguesa e suas literaturas I; II; III e IV. Conheceu-se quatro unidades escolares do município de Araguaína que recebem e desenvolvem práticas pedagógicas com estes meninos e meninas que vêm das comunidades rurais. Uma delas foi o Colégio J. A, que também nos forneceu as interações, materiais e dados referentes à pauta que informam a existência deles. Como o PPP da unidade onde encontramos registros de todos os públicos da unidade e inclusive o público desta pesquisa.

A Pedagogia da Alternância poderia mediar e possibilitar uma maior compreensão entre o campo e a escola, pois a vida na zona rural não é sinônimo de atraso ou que não há perspectiva de desenvolvimento. Ao notar o quantitativo de estudantes em escolas da zona urbana,

observou-se que, esses indivíduos precisam de um ensino que ampare suas vivências diárias do campo e o conhecimento da cidade. As unidades escolares poderiam ser o meio de inclusão social e cultural.

Lembrando que no primeiro momento, foi descrito a existência e demanda deste público que precisa ser observado e analisado com mais cuidado, o que está sendo proposto para eles. A partir dos olhares voltados especificamente para conteúdo de língua portuguesa direcionados a eles, entendemos que eles também merecem ser mais acompanhados direcionados nos conteúdos de língua portuguesa.

Em outras vivências, percebeu-se que este público está presente nas unidades aqui no município de Araguaína e há dois pontos interessantes para serem observados e pode-se expor neste artigo. O primeiro ponto é interação social com os colegas e com a unidade é muito tranquila. O segundo ponto, mesmo sabendo da existente presença, não há registros formais do quantitativo, apenas relatos dispersos da subsistência deste público no PPP.

### 3.1 Perfil da Unidade Escolar

O Colégio Estadual Jorge Amado atende alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e alunos de 1ª a 3ª séries do Ensino Médio. Atendemos também, os alunos especiais da sala de recursos no contra turno. O mesmo recebe alunos provenientes de diversos bairros da cidade e alunos residentes na Zona Rural: Povoado Pilões, Água Amarela e Brejão. Esses alunos pertencem às classes SOCIOECONÔMICAS diversificadas e trazem para a escola uma variada educação moral, religiosa e cultural. A renda mensal familiar para a maioria varia entre 2 e 3 salários mínimos. O grau de instrução dos pais dos alunos, em quase sua totalidade, é de nível fundamental.

A maioria dos alunos tem acesso apenas à televisão e ao rádio, como meios de informações e nos últimos anos os alunos têm procurado utilizar muito as redes sociais na internet para obter informações e conhecimentos.

A escola possui um público advindo de bairros carentes e alguns problemas consideráveis relacionados ao uso de substâncias entorpecentes. O serviço da direção, orientação e coordenação pedagógica trabalham combatendo fortemente essa prática dentro do ambiente escolar por meio de palestras, monitoramento do recreio, aconselhamento individualizado de alunos e responsáveis.

A escola é um local onde o aluno aprende muito mais do que os conteúdos presentes nos componentes curriculares tão necessárias ao dia-a-dia. Onde que ele exerce a cidadania e solidifica seus valores pessoais. Por isso, é necessário que este seja um ambiente agradável, onde os estudantes possam se sentir bem para adquirir conhecimentos e praticá-los. E é nesse sentido que o Colégio Estadual Jorge Amado procura caracterizar seu trabalho pautado nas características de: \*Clima favorável à aprendizagem (um ambiente emocional favorável para que haja um bom relacionamento entre professor e aluno); \* Bom currículo (além do currículo escolar, o material pedagógico e as avaliações também são desenvolvidos com atenção); \*Qualificação do docente (incentivamos a

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de construir escolas é inviável, as localidades não favorecem pelo distanciamento, quantidade de estudantes, as modalidades de ensino ficam com muitos gastos para atender de forma integral, por esse e outros motivos as políticas públicas para educação rural desempenham e ampara por meio das leis este público.

O termo educação no campo foi constituído pela valorização da população campesina, pois durante décadas a educação rural foi estigmatizada e deixada em segundo plano.

Ainda que as leis amparam, até hoje, quando se recorre aos textos e nos conteúdos de língua portuguesa, direcionado a temática rural, encontra-se poucos textos, termos mais específicos na temática rural, não se encontra facilmente. Embora, o livro aborde muitas temáticas em gêneros textuais e conteúdos diversos.

Geralmente, os conteúdos que não estão expostos no livro didático, a BNCC recomenda e sugere que o professor use de recursos didático extra para que os alunos com realidades e culturas diferentes tenham conhecimentos de acordo com realidade. Embora estes alunos tenham que se adequar com as realidades onde estão inseridos, também precisam ser propostos conteúdos que os envolvem para que o aprendizado seja de maior aproveitamento em todos os sentidos.

Acredita-se que em meio às atuais tendências da globalização, nada fica diretamente ligado a somente um assunto, todos e qualquer temática trabalhada nos conteúdos de língua portuguesa, traz uma interações geral daqueles conteúdo. Refere-se a uma descrição abrangente, dando ênfase no total desenvolvimentos do objeto em discussão, seja ele no campo da linguagem, de matemática ou de qualquer o assunto discutido, a começar pelo o investimento, depois na produtividade e até mesmo nas finalidades de determinado produto.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Diana Cristina de. **Políticas públicas e legislação educacional**. Curitiba: Editora Fael, 2011.

CALDART, Roseli Salette. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

SANTOS, Ramofly Bicalho.: História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Micropolítica, democracia e educação**. Teias v. 18, n. 51, p. 210-224, DOI: 10.12957/teias.2017. 24758, (Out./Dez.).

BRASIL. Ministério da Educação.Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - **SECADI. Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Base Comum Curricular: MEC/ 2016** [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). 12/09/21

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Manual de Normalização para a elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins. Palmas: Sisbid, 2017.

FREIRE, Paulo.: **Educação e mudança**. Tradução Moacir Gadotti e LÍlian Lopes Martin. Editora Paz e Terra. 12 ed. 1979

SOUSA, Maria Antonia de.: **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governo-investe-em-educacao-do-campo-e-inaugura-escola-agricola-em-sao-salvador-do-tocantins/1u77nybzd3w4>.

TOCANTINS.: **Referencial do Tocantins.** Educação do Tocantins, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019.



